



TÍTULO DE LA COMUNICACIÓN: Imigrantes em regiões de fronteira: semelhanças e diferenças ¹

AUTOR 1: Conceição Rego
Email: mcpr@uevora.pt

AUTOR 2: Maria Filomena Mendes
Email: mmendes@uevora.pt

AUTOR 3: José Rebelo
Email: jrebelo@esce.ips.pt

AUTOR 4: Graça Magalhães
Email: mgraca.magalhaes@ine.pt

DEPARTAMENTO: Economia / Sociologia

UNIVERSIDAD: Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Setúbal

ÁREA TEMÁTICA: *(indicar el área temática en la que se inscribe el contenido de la comunicación)*

Fronteirs and regional development (Elvas)

RESUMEN: *(máximo 300 palabras)*

O fenómeno da imigração em Portugal, país tradicionalmente emissor de emigrantes para os mais diversos continentes, ao longo dos séculos, conheceu novos contornos, nos

¹ Este trabalho integra-se no âmbito do projecto PTDC/SDE/68126/2006, intitulado **O Futuro da População Portuguesa: a importância da estimação da fecundidade e das migrações ao nível regional**

últimos anos, após a integração do país na União Europeia e, particularmente após a instituição do Espaço Schengen.

Tradicionalmente, as regiões de fronteira são espaços que apresentam características de menor intensidade em termos dos níveis de desenvolvimento e de ocupação demográfica. Este facto é particularmente verdadeiro nas regiões da fronteira portuguesa e espanhola. Contudo, com a integração dos países ibéricos na C.E.E., actual União Europeia, estas regiões ganharam uma centralidade nova, do ponto de vista da geografia, ainda que as suas características sócio-económicas e demográficas pouco se tenham alterado.

O nosso objectivo, neste estudo, é perceber em que medida estes territórios de transição entre os países ibéricos são, ou não, atractivos do ponto de vista da fixação de imigrantes e, além disso, procurar avaliar se estes indivíduos apresentam características diferentes dos que se fixam nas áreas litorais com níveis de dinamismo económico mais intenso. Para tal iremos usar dados disponíveis do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), particularmente os relativos a stocks por nacionalidades e concelhos, bem como dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) procedendo à identificação dos respectivos concelhos de acolhimento, e testando, estatisticamente, as diferenças verificadas entre as zonas com maiores e menores níveis de desenvolvimento.

PALABRAS CLAVE: *(máximo 6 palabras)*

Áreas transfronteiriças, Desenvolvimento local, Imigração

1. Introdução

A compreensão das características do fenómeno da imigração em Portugal, país tradicionalmente gerador de intensos movimentos migratórios, sendo pertinente à escala nacional também se revela potencialmente interessante se decomposto à escala regional, na medida em que será pouco plausível que os estrangeiros se localizem de forma homogénea, nos vários territórios. Com esta abordagem² é possível identificar diferenças no território, em função da forma como os imigrantes se localizam. Sendo certo que, de acordo com a bibliografia de referência neste domínio, os indivíduos se deslocam, entre outros motivos, com o objectivo de melhorarem a respectiva qualidade de vida, é de esperar que as regiões onde se verifique maior dinamismo económico e empresarial e maior taxa de criação de emprego sejam preferidas. Este pressuposto foi verificado em estudo anterior, analisando o caso português, constatando-se a existência

² Outros estudos, no âmbito deste projecto, relativos às características regionais da imigração foram apresentados em Rego, Conceição; Mendes, Maria Filomena; Rebelo, José; Magalhães, Maria da Graça (2009), “Perfil dos imigrantes em Portugal: dos países de origem às regiões de destino”, apresentado no *15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR)*, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cidade da Praia, 6 a 11 de Julho; *4º Workshop da APDR (Imigração e Desenvolvimento)*, Porto, 23 de Novembro de 2009.

de níveis de concentração de imigração mais elevados nas regiões de Lisboa, Península de Setúbal e Algarve (Rego *et. al.*, 2009).

Assim, na continuação do objectivo de procurar conhecer melhor a forma como os estrangeiros se instalam em Portugal, neste estudo propomo-nos, avaliar, o caso concreto das regiões de fronteira, ou seja, de que modo as regiões de fronteira são atractivas para os imigrantes que procuram o nosso país. Sendo Portugal um pequeno, e periférico, país da União Europeia, com níveis de desenvolvimento razoavelmente afastados da média comunitária, afigura-se-nos pertinente a análise da eventualidade da fronteira terrestre com Espanha ser um território interessante para quem procura Portugal. Ainda que tradicionalmente as áreas de fronteira entre países vizinhos sejam territórios votados ao abandono (do lado de lá da fronteira estava o inimigo!), com a integração em espaços territoriais mais alargados, o papel dos territórios altera-se: o que antes era o limite do país passa a ser apenas a ligação ao país vizinho, que permite a passagem para os restantes países. No caso português (e em geral também em Espanha) as regiões que se localizam junto à linha de fronteira interior apresentam divergências, em termos dos níveis de desenvolvimento, consideráveis por comparação com a média nacional e com as regiões portuguesas e espanholas mais desenvolvidas, reflectindo séculos de abandono e isolamento. Nesta perspectiva, e de acordo com os pressupostos apresentados anteriormente, a generalidade do território transfronteiriço, em Portugal, não se deverá revelar particularmente atractivo para os cidadãos estrangeiros. O estudo que desenvolvemos visa, precisamente, responder a esta questão: será que a proximidade da fronteira, entendida como ‘ponte de passagem’ aumenta a atractividade destes territórios, no que respeita à fixação de cidadãos estrangeiros, ainda que a respectiva dinâmica económica apresente debilidades significativas?

Para procurarmos a resposta a esta questão, organizamos este estudo da seguinte forma: em primeiro lugar apresentamos uma breve revisão da bibliografia, onde destacamos o papel das áreas de fronteira na sua relação com os imigrantes, na secção seguinte apresentamos uma breve caracterização do território português considerado como transfronteiriço e na secção quatro procedemos à descrição da forma como os cidadãos estrangeiros se localizam, ao longo dos vários concelhos que constituem o território português. Este trabalho termina com algumas notas finais bem como com breves perspectivas para prosseguir este estudo.

2. Revisão da bibliografia

Nos últimos anos o saldo natural português tem sido muito próximo de zero tendo sido mesmo negativo no ano de 2007 (Rosa e Chitas 2010). Nestas circunstâncias reveste-se de particular importância o saldo migratório que desde 1993 tem sido sempre positivo (Rosa e Chitas 2010).

No âmbito da dinâmica populacional portuguesa, durante largos anos o papel central coube ao crescimento natural com os nascimentos a excederem substancialmente os óbitos, originado assim saldos positivos até 2007 (Rosa e Chitas 2010). Por outro lado a

componente migratória apresentava sistematicamente saldos negativos que decorriam da grande importância da emigração.

Ora, acontece que nos últimos anos a evolução populacional passa a estar condicionada pela componente migratória dada a tendência para saldos nulos no âmbito do crescimento natural (Rosa e Chitas 2010). Assim sendo, nos tempos mais recentes passou a ser dada maior importância ao estudo da imigração e do seu impacto na estrutura populacional, nomeadamente ao nível do abrandar do seu envelhecimento, já que desde 1993 os saldos migratórios têm sido sempre positivos (Rosa e Chitas 2010).

No âmbito da análise da imigração os movimentos populacionais nas regiões fronteiriças com características diferenciadoras muito específicas têm suscitado um crescente número de investigações, não obstante em termos quantitativos serem pouco expressivos. A atenuação do efeito de fronteira que se fez sentir em Portugal e Espanha após a sua integração no espaço económico e político europeu (IFDR, 2007, referido por Subtil, sd), permitirá compreender pelo menos em parte a pouca expressividade destes movimentos.

As migrações em geral assumem especial importância em regiões de fronteira dada a maior proximidade geográfica e cultural. Assim, dado o posicionamento geográfico de Portugal têm particular significado as migrações em regiões de fronteira entre portugueses e espanhóis. Entende-se como regiões de fronteira os espaços físicos contíguos de dois ou mais países separados por uma linha artificial denominada fronteira (Covas e Bracons, 1989 e Reigado, 1992, referidos por Lourenço, 1998). Com efeito, “nas regiões transfronteiriças, o desenvolvimento das relações com os países limítrofes implicará, simultaneamente, um acentuar de pressões (por exemplo, no domínio dos fluxos migratórios) e novas oportunidades comerciais” (Reigado, 1993, p. 8, citado em Lourenço, 1998).

Estas migrações embora integrem as migrações internacionais, apresentam algumas especificidades e podem definir-se como deslocamentos fronteiriços de indivíduos entre países vizinhos permitindo geralmente manter ligações fortes e contactos quase permanentes com o país de origem e também utilizar a língua materna. Estes deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre diferentes países por vezes geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais (Albuquerque, 2008). “*As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços*” (Albuquerque, 2008, p.5).

Na verdade, apesar dos estados nacionais definirem os limites políticos físicos, os agentes locais podem criar outras fronteiras de natureza cultural (Sahlins, 2000; Río, 1998, referidos por Albuquerque, 2008). Um aspecto a realçar é o facto dos intensos contactos entre os grupos nacionais nos territórios fronteiriços não dissolverem as diferenças culturais e simbólicas, verificando antes que as identidades nacionais fortalecem-se nestas regiões de fronteira (Albuquerque, 2008).

3. Caracterização sócio-territorial da região de fronteira

A identificação das principais características da região fronteiriça portuguesa tem vindo a ser feita, de forma regular, depois dos anos 90, fundamentalmente devido ao facto dos países ibéricos terem aderido em simultâneo à actual União Europeia. Organismos diversos, portugueses e espanhóis, em particular as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) através dos seus Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças, em Portugal, e as Juntas regionais, em Espanha, em conjunto com universidades e outras unidades de investigação têm vindo a produzir, ao longo das últimas duas décadas estudos relativos quer ao diagnóstico das características territoriais das regiões de fronteira como à estratégia de cooperação que deverá ser seguida entre os dois países nas suas áreas contíguas. A preocupação dos países ibéricos com as áreas de fronteira há muito que encontrou eco junto da Comissão Europeia, que decidiu atribuir especial relevo a estes territórios através da criação, no início dos anos 90, da iniciativa comunitária INTERREG (actualmente vertida no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007-2013). O actual programa operacional, ainda que registe algumas diferenças relativamente ao modelo anterior de apoio comunitário ao desenvolvimento das regiões de fronteira, tem como objectivos a melhoria da conectividade e das infra-estruturas básicas nas regiões fronteiriças bem como a definição de uma nova abordagem que visa aumentar a competitividade, fomentar o emprego, e reforçar a integração sócio económica e institucional das regiões de fronteira. Este programa aplica-se em 17 regiões NUTS III fronteiriças de ambos os países e mais 16 regiões NUTS III adjacentes (figura 1). As regiões referidas anteriormente representam 23,5% do território da Península Ibérica, 10,6% da população total e 9,6% do emprego. O PIB representa 7,5% do total da Península Ibérica. Estes indicadores primários revelam, de imediato, os traços mais significativos deste território: uma zona caracterizada pela baixa densidade demográfica, com uma participação diminuta na criação de emprego e no contributo para a criação de riqueza nos dois países.

Figura 1: NUTS III que constituem a região transfronteiriça de Portugal e Espanha

A escolaridade da população activa está relacionada com a participação no mercado de trabalho bem como na respectiva produtividade e geração de rendimentos. Na área transfronteiriça é de assinalar o facto da taxa de participação feminina no mercado de trabalho ser, em média, dois pontos inferior á média dos países bem como a taxa de criação de emprego ser menor que na média dos países. Na estrutura das actividades produtivas é fundamental destacar algumas notas: i) em primeiro lugar, as actividades relacionadas com o sector primário continuam a deter uma importância significativa, quer em termos de criação de emprego quer de riqueza; ii) o sector dos serviços, que se desenvolveu bastante nos últimos 20 anos, ligado por exemplo ao turismo, que muito contribuiu para a criação de emprego, neste momento apresenta níveis de volatilidade significativos, na medida em que a procura tem se retraído, em virtude do efeito no rendimento das famílias da incerteza associada á crise económica e financeira, que desde 2008 se faz sentir; neste domínio, actualmente, mantém alguma estabilidade o segmento dos serviços da administração pública e de proximidade; iii) o sector da construção civil, por seu turno, que foi responsável pelo crescimento de emprego e de riqueza, ultrapassa também, neste momento, em virtude da crise do *subprime*, um período de significativo abrandamento. Esta evolução na actividade económica provocou a alteração no comportamento do desemprego, que tinha vindo a diminuir de forma regular, desde os anos 90. É claro que os níveis de desemprego se fazem sentir com mais intensidade nas regiões transfronteiriças, onde o dinamismo da actividade económica é menor. Como já assinalámos anteriormente, a fragilidade na estrutura produtiva reflecte-se na contribuição das áreas de fronteira para a riqueza produzida em ambos os países. De facto, para além do contributo para o PIB ser inferior à proporção da população residente, verificamos também que o PIB por habitante não ultrapassa os 70,94% da Península Ibérica.

Vejamos agora algumas características específicas relacionadas com a região de fronteira em Portugal, através de um simples exercício de estática comparada, relacionando este território quer com a média nacional, quer com a região de Lisboa, a NUTS III que, na generalidade dos indicadores sócio económicos, apresenta melhor comportamento.

Quadro 1: Algumas variáveis de caracterização das regiões (NUTS III) de fronteira em Portugal

Localização geográfica (NUTS)	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
	2007	2007	2007	2008	2008	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Portugal	963,3	100	100	46,51	318,31	3,8	0,1	-0,05	9,4	9,8	117,6	46,8	107,2	0,14
Continente	965,3	100,51	95,861	45,07	319,54	3,8	0,09	-0,05	9,3	9,8	120,3	46,9	105	0,14
Minho-Lima	748,6	71,21	1,688	30,49	339,27	2,6	-0,22	-0,37	7,9	11,6	160,5	50,5	121	0,14
Cávado	765,5	82,29	3,188	29,34	262,84	2,8	0,34	0,27	9,6	7	78,3	46	139,5	0,07
Douro	721,6	67,93	1,357	61,87	358,76	1,9	-0,92	-0,5	6,9	11,8	158,1	50,7	126,9	-0,42
Alto Trás-os-Montes	704,8	66,33	1,351	31,46	382,47	2,3	-0,8	-0,7	5,9	12,9	222	51,2	112,4	-0,1
Beira Interior Norte	728,7	70,88	0,735	32,67	394,6	2,2	-0,96	-0,84	6,3	14,7	219,5	55	114,1	-0,12
Beira Interior Sul	777,9	85,88	0,598	37,67	428,94	2,9	-0,92	-0,82	7,7	15,9	234,5	56,4	90,3	-0,09
Grande Lisboa	1299,1	147,87	28,211	35,06	304,2	6,5	0,21	0,22	11,4	9,2	111,6	44,8	89,8	-0,01
Alto Alentejo	802,4	82,73	0,92	75,24	477,05	3	-1,14	-0,88	7,5	16,3	208,1	54,7	100,8	-0,26
Alentejo Central	832,3	89,74	1,436	52,15	414,04	2,3	-0,51	-0,54	7,8	13,2	179,1	52,4	101,8	0,03
Baixo Alentejo	831,5	79,71	0,958	77,38	454,04	1,9	-0,93	-0,73	8,5	15,7	175	51,7	106,2	-0,2
Algarve	848,6	103,65	4,162	40,24	293,71	3	0,91	0,02	11,1	10,8	122,8	47,9	101,1	0,89

Fonte: www. ine.pt

Legenda:

A: Ganho Médio Mensal; B: Poder de compra per capita (€); C: Proporção de poder de compra (% - no total do País) ;

D: Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000, em idade activa (‰) ;

E: Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade activa (‰)

F: Médicos por 1000 habitantes (N.º); G: Taxa de crescimento efectivo (%); H: Taxa de crescimento natural (%);

I: Taxa bruta de natalidade (‰); J: Taxa bruta de mortalidade (‰)

K: Índice de envelhecimento (N.º), L: Índice de Longevidade (N.º); M: Índice de renovação da população em idade activa (N.º);

N: Taxa de crescimento migratório (%)

O quadro 1 reúne um conjunto de indicadores de rendimento (colunas A a C), de natureza social (colunas D a F) e demográfica (colunas G a N). Os indicadores de rendimento mostram-nos que as regiões fronteiriças apresentam, na variável Ganho Médio Mensal, valores inferiores à média nacional (entre cerca 100 e 200 euros), sendo a diferença para a região de Lisboa ainda mais expressiva (entre cerca de 300 e 400 euros). As regiões do Norte e Centro do país, em média, têm ganhos inferiores às regiões do Alentejo e Algarve. Estas diferenças podem explicar-se com a natureza das actividades desempenhadas, uma vez que nas regiões do Sul do país predominam as actividades terciárias, relacionadas com serviços de proximidade e administração pública, públicos ou privados, logo não sujeitos à concorrência internacional. O indicador de poder de compra *per capita* revela também a distância entre a fronteira e a média nacional, mas aqui há maior diversidade de comportamentos: enquanto no Algarve o nível médio de poder de compra é superior à média nacional, nas restantes regiões da fronteira tal não acontece, verificando-se inclusivamente que a região de Lisboa regista, nesta variável, valores que são o dobro de algumas das NUTS da fronteira (por exemplo, Douro, Alto Trás-os-Montes e Beira Interior Norte).

No âmbito dos indicadores de natureza social começamos por analisar a proporção de beneficiários do rendimento social de inserção. Neste caso não podemos identificar uma distinção clara entre a fronteira, a média nacional e a região de Lisboa. Em geral, as NUTS do Alentejo apresentam valores mais elevados que os restantes territórios. O comportamento deste indicador reflecte, por um lado o número de indivíduos beneficiários de apoio social como, por outro, a dimensão da base de indivíduos activos

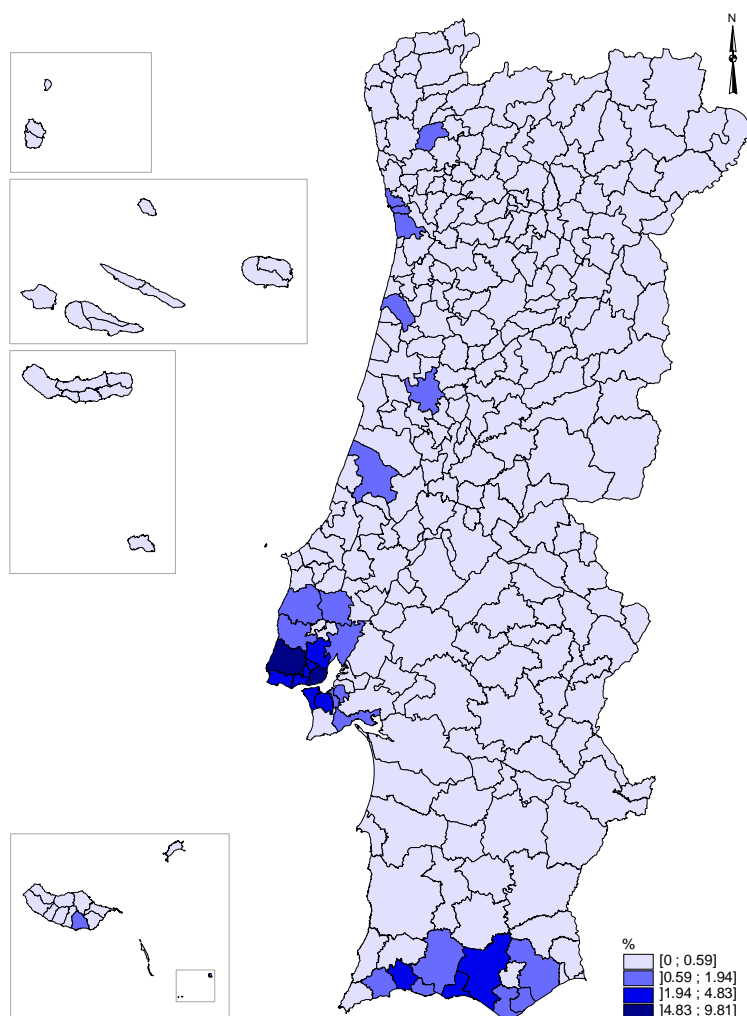
nas várias regiões. Assim, onde as populações activas são menos numerosas, o indicador pode tender a apresentar valores mais elevados, ainda que em termos de números absolutos tal não aconteça. No caso da variável relativa à importância dos pensionistas em relação aos activos verifica-se claramente o fenómeno do envelhecimento da raia interior, com todas as NUTS do interior do país, de Norte a Sul, mas em particular no Alentejo, a registarem valores mais elevados que a média nacional, Lisboa ou o Algarve. As regiões de fronteira, em termos do número de médicos por 1000 habitantes apresentam, em geral, valores próximos da média nacional mas bastante mais baixos do que a região de Lisboa. Esta concentração de profissionais de saúde na capital do país não pode deixar de estar associada ao menor acesso que têm as populações do interior, em geral envelhecidas, a cuidados de saúde diferenciados e facilmente acessíveis, em particular em tempo.

Os indicadores relativos à demografia são bem reveladores das diferenças existentes, genericamente, entre o interior e o litoral do país. A variável Taxa de crescimento efectivo mostra que a população portuguesa, na globalidade, aumentou ligeiramente, bem como a população do Algarve e da região de Lisboa. Como já vimos anteriormente, este comportamento é influenciado pelo fluxo de imigrantes que se fixam em Portugal. Este comportamento positivo, no caso do Algarve e de Lisboa é influenciado, também, por taxas de crescimento natural positivas, as quais estão associadas às mais elevadas taxas de natalidade nestas regiões. Ao contrário, os indicadores relativos ao envelhecimento e à mortalidade registam valores mais elevados nas NUTS do interior do país, bem como o Índice de longevidade (relaciona o número de pessoas com 75 anos ou mais com o número de pessoas com 65^a nos ou mais), o que reflecte, efectivamente, a presença de um maior número de idosos na população residente. O índice de renovação da população em idade activa, que compara os indivíduos que, potencialmente estão a entrar no mercado de trabalho, com os que saem (respectivamente, a população entre os 20 e os 29 anos e a população entre os 55 e os 64 anos) é mais elevado nas regiões fronteiriças do Norte, o que é revelador da existência de uma proporção maior de jovens na população residente, de corrente do facto de até muito recentemente as regiões do Norte do país registarem elevadas taxas de natalidade. A taxa de crescimento migratório, que reflecte a capacidade de atracção dos territórios relativamente a indivíduos que residam noutros locais, no país ou no estrangeiro, apresenta um comportamento distinto, mesmo entre as regiões da fronteira interior (por exemplo, o Alentejo Central) mas também as regiões do litoral norte (Minho-Lima e Cávado), que se juntam, neste comportamento ao Algarve.

Em seguida, analisamos de forma pormenorizada os concelhos que os imigrantes privilegiam para a sua instalação.

4. Os imigrantes nas áreas de fronteira em Portugal

Figura 2 - Distribuição percentual população estrangeira, por município, Portugal, 2009



Fonte: SEF <http://sefstat.sef.pt>; cálculos dos autores

De acordo com os dados disponíveis no portal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), os estrangeiros residentes, com estatuto legal de residente, em 2009, distribuíam-se de forma não uniforme pelo país, concentrando-se sobretudo nas regiões de Lisboa e Algarve.

De facto, os municípios com maior concentração de estrangeiros (distribuição percentual por município) eram, neste ano, Lisboa (9,8%) e Sintra (8,8%).

A estes municípios juntam-se outros da região da Grande Lisboa, com valores percentuais consideráveis, tais como Cascais (4,8%), Loures (4,5%), Amadora (4,4%), Odivelas (3,3%), Almada (2,6%) e Oeiras (2,4%), a norte, assim como Seixal (2,4%) e Setúbal (1,8%), a sul.

Na região do Algarve sobressaem os concelhos de Loulé (3,0%), Albufeira (2,5%) e Portimão (2,3%).

Com valores mais reduzidos e fora desta regiões de maior concentração, de referir também os valores encontrados em concelhos como, de norte para sul, Braga (1,1%),

Matosinhos (0,7%), Porto (1,9%) e Vila Nova de Gaia (1,1%), Aveiro (0,9%), Coimbra (1,3%), e, Leira (1,1%), ou ainda o Funchal (1,1%) na Região Autónoma da Madeira.

Os municípios fronteiriços, tal como muitos outros, sobretudo no interior do país, apresentam valores diminutos. Adoptando os “*natural break*” para definir os intervalos de análise da distribuição percentual da população estrangeira por município, o cartograma da figura 2 coloca todos eles no intervalo inferior, ou seja, com valores abaixo dos 0,59%.

Contudo, ainda que o mapa da distribuição percentual da população estrangeira pelos municípios portugueses retrate como se “espalham” pelo país, evidenciando desde logo uma fraca concentração nos municípios fronteiriços do interior do país, importa tentar perceber qual o peso relativo que assumem em cada um dos municípios.

Neste caso, tomámos o valor de Portugal – 4,27% de estrangeiros (de acordo com o valor disponibilizado no portal do SEF) no total da população residente em Portugal – como referencial de análise por município.

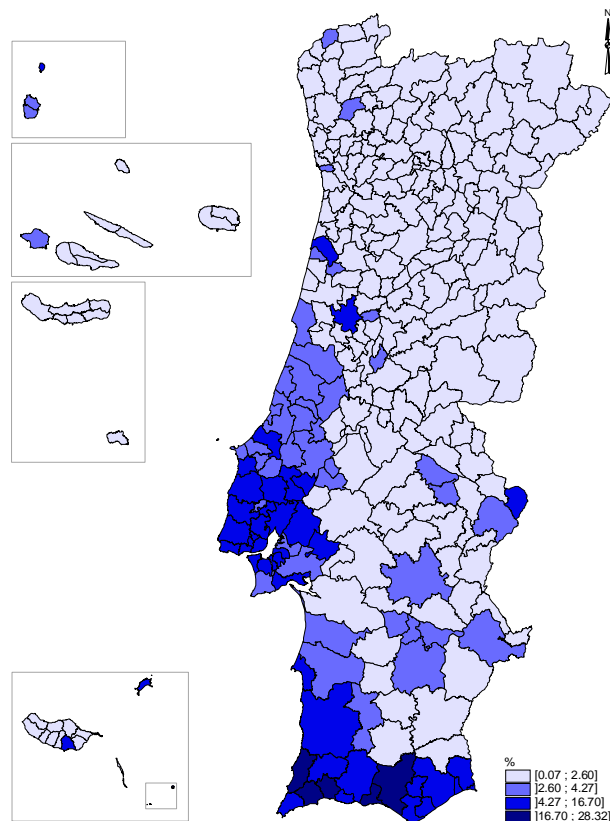
Sob esta perspectiva surgem algumas diferenças face à análise anterior. De facto, a proporção de estrangeiros (com estatuto legal de residente, dados do SEF) no total da população residente em cada município assume valores acima do de Portugal numa mancha de municípios quase contínua no litoral de Aveiro ao Algarve (figura 3).

Na região NUTS³II do Algarve (simultaneamente NUTSIII), aliás como para o resto do país, destacam-se os concelhos de Albufeira (28,3%), Lagos (24,3%), Aljezur (22,7%), Portimão (21,1%), Loulé (20,9%), seguindo-se-lhes Lagoa (16,7%), Silves (15,2%), Vila do Bispo (13,8%), Tavira (14,1%), Faro (12,5%), Vila Real de Santo António (10,8%), Castro Marim (9,7%), Monchique (9,1%) São Brás de Alportel (9,0%) e Olhão (7,5%).

A estes municípios juntam-se, ainda com valores acima da média nacional (4,3%), os concelhos da Grande Lisboa (NUTSIII): Amadora (11,7%), Cascais (11,6%), Loures (10,6%), Odivelas (9,7%), Lisboa (9,3%), Sintra (8,8%), Almada (7,2%), Setúbal (6,6%), Oeiras (6,3%), Seixal (6,2%), Mafra (6,0%), Vila Franca de Xira (5,9%), Barreiro (4,5%), Montijo (6,4%) e Moita (5,1%); Oeste (NUTSIII): Alenquer (7,0%), Arruda dos Vinhos (5,3%), Torres Vedras (4,9%), Lourinhã (4,7%), Caldas da Rainha (4,7%); Lezíria do Tejo (NUTSIII): Benavente (8,6%), Azambuja (5,0%) e Cartaxo (4,3%); Alentejo Litoral (NUTSIII): Odemira (9,8%) e Sines (8,6%); Aveiro (5,3%) e Coimbra (4,5%) em regiões do Centro (NUTSII); Funchal (5,1%) e Porto Santo (9,9%) na Região Autónoma da Madeira; e, Corvo (4,8%) na Região Autónoma dos Açores.

Figura 3 - Percentagem de estrangeiros no total de população, por município, Portugal, 2009

³ NUTSII: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, nível 2; NUTSIII: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, nível 3



Fonte: SEF <http://sefstat.sef.pt>; cálculos dos autores

Isoladamente, no interior do país, com valores acima da média nacional surge o município de Campo Maior (4,4%) – Alto Alentejo (NUTSIII) – limítrofe com Espanha. Para além de Campo Maior, os municípios limítrofes Moura (2,8%) – Baixo Alentejo – Elvas (3,4%) – Alto Alentejo – e Valença (3,6%) – Minho Lima (NUTSIII) – apresentam valores consideráveis, ainda que abaixo da média nacional.

Assim e relativamente aos municípios limítrofes de Portugal com Espanha, os valores anteriormente assinalados parecem sublinhar, por um lado, que aqueles não parecem ser particularmente atractivos para a população estrangeira, e, por outro lado, mesmo relativizando o número de estrangeiros face ao total da população residente, que apenas um número limitado de municípios apresentam valores assinaláveis de percentagem de estrangeiros na sua população residente, nomeadamente Castro Marim e Vila Real de Santo António – mas deve ser sublinhado que ambos pertencem à região do Algarve que apresenta toda ela valores consideráveis – e, subindo para norte, Moura, Elvas, Campo Maior (acima da média) e Valença.

5. Notas finais

As regiões de fronteira interna são, no domínio de espaços integrados, englobando vários países, territórios de ligação e zonas de passagem que importa conhecer e

valorizar. O caso específico da fronteira portuguesa e espanhola, é um bom exemplo de como o afastamento secular e a ausência de interações sociais e económicas, pelo menos formais, pode deixar marcas profundas no território, traduzidas, particularmente pela ‘baixa densidade’ populacional e económica. A intervenção que tem vindo a ser realizada, ao longo do território em Portugal e Espanha, com financiamento comunitário INTERREG, não tem demonstrado capacidade para alterar as tendências pesadas de baixo desenvolvimento que estes territórios, em particular os do interior, arrastam consigo.

A análise das características sócio económicas das regiões de fronteira revela que, quer em Portugal quer em Espanha, as regiões transfronteiriças registam dinâmicas relativamente diferenciadas entre si, designadamente entre as que se situam no interior dos países e as localizadas no litoral e nas bacias dos rios Minho e Guadiana. No caso português, ainda que, em geral, estes territórios apresentem níveis de desenvolvimento mais baixos que a média nacional e que a região mais desenvolvida (Lisboa), verifica-se que o Algarve se aproxima bastante quer do comportamento do país como de Lisboa, afastando-se por isso do padrão da ‘fronteira’.

Em termos da capacidade de atracção e fixação de imigrantes, verificamos que a fronteira interior é pouco expressiva – ou inexistente – no que respeita à presença de indivíduos estrangeiros que escolham esses territórios para se instalarem. De facto, a dinâmica económica e de criação de emprego nas regiões do litoral, em particular em Lisboa e no Algarve, parecem ser determinantes para a fixação de cidadãos estrangeiros. Assim, podemos considerar que o fluxo de imigrantes que se desloca para Portugal acentua o desequilíbrio na distribuição da população residente, na medida em que também privilegia os territórios com maior densidade de população e de actividade económica.

6. Referências bibliográficas

Albuquerque, José Lindomar (2008) Imigração em territórios fronteiriços, in VI Congresso Português de Sociologia (APS), Lisboa, FCSHUNL, (<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/302.pdf>)

Comissão Europeia (2010), Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça: Espanha – Portugal 2007-2013, disponível em <http://ec.europa.eu/cgi-bin/etal.pl> (acedido em 8 de Setembro de 2010)

Lourenço, António Joaquim (1998) “a cooperação transfronteiriça entre o concelho do Sabugal e a Comarca de Ciudad Rodrigo” in actas do 6º Congresso de Economia Regional de Castilla e León, Zamora, pp. 1482-1501, (http://www.jcyl.es/jcyl/cee/dgeae/congresos_ecoreg/CERCL/1561.PDF)

Medeiros, Eduardo (sd) Articulação territorial das regiões fronteiriças: os casos Portugal-Espanha e Suécia-Noruega no âmbito do interreg-a in (http://edumedcv.no.sapo.pt/docs/at_em.pdf)

Natário, Maria Manuela Santos, Neto, Paulo Alexandre (2006) “os processos territoriais de inovação: a abordagem dos sistemas de inovação e a perspectiva transfronteiriça”, in Revista Portuguesa de Estudos Regionais – nº12 – 2º Quadrimestre – 2006, pp. 5-28;

Pires, Iva Miranda; Pimentel, Dulce (s.d.), Revisitando a região fronteiriça ibérica: potencialidades e estrangulamentos no novo contexto da integração ibérica, disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/Planos.EstratgiaseQuestesRegionais.html (acedido em 27 de Agosto de 2010)

Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha 2007-2013 (2009), disponível a partir de http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=204, (acedido em 6 de Setembro de 2010)

Rego, Conceição; Mendes, Maria Filomena; Rebelo, José; Magalhães, Maria da Graça (2009), “Perfil dos imigrantes em Portugal: dos países de origem às regiões de destino”, apresentado no *15º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR)*, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cidade da Praia, 6 a 11 de Julho; *4º Workshop da APDR* (Imigração e Desenvolvimento), Porto, 23 de Novembro de 2009.

Rosa, Maria João Valente, Chitas, Paulo (2010), Portugal: os números, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Subtil, Eduarda (sd) Contributo para a definição de “indicadores transfronteiriços de desenvolvimento sustentável: Algarve / Andaluzia” Faro, CCDR Algarve (http://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/tRelatorios_26.pdf)